

Intercâmbio universitário e o Processo de Bolonha

Magnífico Reitor da Universidade Federal da Bahia

Professor Naomar de Almeida Filho

Caros colegas Reitores, Vice-Reitores e Pró-Reitores

Distintas autoridades

Senhores Professores

Senhores Estudantes

Estimados Funcionários

Senhoras e Senhores

É um enorme privilégio falar aqui, em Salvador, numa Universidade já rica de história, formalmente fundada há sessenta anos, mas herdeira da mais longa tradição de ensino universitário brasileiro, que remonta ao início do século dezanove.

É igualmente uma pesada responsabilidade, poder fazê-lo em nome de uma instituição secular e também ela prestigiada, que tem podido manter com a Universidade Federal da Bahia tantos e tão profícuos laços de cooperação nos mais diversos campos de actividade.

[A Universidade de Coimbra e o Brasil]

A instituição que me orgulho de representar alicerça os seus projectos actuais na enorme projecção nacional e internacional conferida pela sua longevidade e acção determinante em ocasiões-chave do desenvolvimento do País e do seu

antigo Império, que lhe moldaram o carácter e lhe alargaram a influência e o prestígio. Muitas dessas estórias têm a ver directamente com o Brasil.

Não é difícil aceitar que os desafios abertos pela exploração do Brasil, e nomeadamente a necessidade de mão-de-obra qualificada que essa exploração requeria, tenha influenciado a decisão política de introduzir profundas reformas no ensino até então baseado, com poucas excepções, na escolástica e nos livros. O confronto dos portugueses com o imenso território brasileiro, com uma fauna e flora exuberantes e em boa parte desconhecidas e com fenómenos novos que tiveram que dominar, tornou-os conscientes da imperiosa necessidade de aceder ao conhecimento das leis da Natureza e de, para tal, recorrer à chamada abordagem experimental. A erudição pode ser capaz de inflamar as almas mas dificilmente servirá para cuidar dos corpos, para agir sobre as coisas e para desbravar continentes.

É, a este propósito, sintomática, a coincidência histórica entre um dos períodos de mais intensa exploração geográfica e colonial do Brasil, sob a égide de Pombal, e a profunda alteração ao sistema de ensino operada em Coimbra na mesma época, que ficou genericamente conhecida como a Reforma Pombalina da Universidade e que constituiu, a par da laicização do ensino universitário e em complemento com ela, um momento de viragem com consequências importantes em todo o espaço de língua portuguesa. De uma visão misteriosa, metafísica, povoada de misticismo, de anjos que dividem a matéria, de matéria que tem horror ao vazio, em parte cristalizada nas várias criações do mundo inscritas nos textos religiosos, vemos desenvolver-se, contrapondo-se-lhe, uma atitude racionalista, experimental e

quantitativa que vai revolucionar a nossa visão da natureza, ao longo do Século XVIII e até aos nossos dias. São desse período a criação em Coimbra do Gabinete de Física, do Jardim Botânico, do Observatório Astronómico, do Laboratório Chimico, da Faculdade de Filosofia Natural, do Museu de História Natural, do Teatro Anatómico.

E é nesta Universidade que vêm obter formação, desde o início da colonização mas sobretudo a partir do início do século XVIII, sucessivas gerações de jovens nascidos no Brasil, proporcionando a consolidação de uma elite de intelectuais, cientistas e técnicos que desempenhou um papel importante no conhecimento, formação e desenvolvimento da grande nação brasileira.

Desta fertilização cruzada, deste jeito de se ter, do outro lado, um complemento e uma razão de ser, se fizeram e fortaleceram as cumplicidades históricas que ainda hoje perduram entre Coimbra e o Brasil.

Refiro figuras como **Alexandre Rodrigues Ferreira**, o maior naturalista português, natural da Baía e Professor da Universidade de Coimbra, que percorreu a bacia do Amazonas durante uma década, estudando animais, plantas, minerais e artefactos representativos da cultura material de vários grupos de índios, alguns já desaparecidos.

Como percursor da época das luzes, menciono o **Padre Bartolomeu de Gusmão**, nascido em Santos. O seu interesse pela física levou-o a tentar construir um aparelho que elevasse o homem no ar, permitindo-lhe superar os

efeitos da gravidade. No dia 8 de Agosto de 1709, perante a assistência dos Reis de Portugal e do Núncio Apostólico, fez elevar a sua *passarola* aprisionando ar quente no seu interior.

De Santos, refiro ainda **José Bonifácio de Andrada e Silva**, diplomado por Coimbra em Filosofia Natural e em Direito, depois Professor da Universidade de Coimbra onde dirigiu o então recém-criado Laboratório Chímico, Patriarca da independência do Brasil, Primeiro-Ministro, tutor do Imperador, autor de alguns dos mais importantes documentos da história do Brasil e por muitos considerado a mais relevante personalidade da sua História.

Coimbra é igualmente a terra em que viveu e se formou **José de Anchieta**, o mais popular e venerado dos jesuitas do Brasil do séc. XVI.

Como se o presente teimasse em se entrelaçar com o passado, o Colégio de Jesus, a “casa” do Padre Anchieta em Coimbra, é neste momento a sede dos núcleos museológicos que albergam, na sua maior parte, as peças recentemente apresentadas na Pinacoteca de S. Paulo, no âmbito da exposição “**Laboratório do Mundo – Ideias e Saberes do Século XVIII**”, que a Universidade de Coimbra co-organizou no quadro das comemorações dos quatrocentos e cinquenta anos da fundação daquela cidade, procurando igualmente contribuir para uma melhor compreensão do espírito de uma época que moldou, de forma indelével, a estrutura universitária e que consagrou a Universidade como pilar fundamental de uma sociedade moderna.

Em S. Paulo nasceu **D. Francisco de Lemos**, único Reitor brasileiro da Universidade de Coimbra, que viria a protagonizar o mais longo e um dos mais profícuos reitorados da sua história, tendo acompanhado e aplicado as reformas pombalinas da segunda metade do século XVIII que substituíram a escolástica pela ciência de índole experimental.

Essa mesma S. Paulo, de onde veio o Reitor D. Francisco de Lemos, igualmente Bispo de Coimbra, tinha sido fundada por **Manuel da Nóbrega**, que estudou Cânones em Salamanca e em Coimbra, e que embarcou para o Brasil em 1549 à frente da primeira expedição jesuítica.

Para a própria unidade geográfica e política de um País com a dimensão do Brasil que a menos de alguns episódios isolados e inconsequentes, nunca foi posta em causa ao longo da História, enquanto à sua volta se foram individualizando em sucessivas ondas de autodeterminação, Estados independentes bastante mais confinados geograficamente, terá contribuído essa matriz cultural única, essa sede única de saber e de conhecimento que se ramifica por todo o mundo como um dos instrumentos do Império a partir de uma origem conhecida e reconhecida: a Universidade de Coimbra.

Coimbra e o Brasil no labirinto das suas cumplicidades. Que dizer do relevo que foi dado à Universidade de Coimbra no contexto da viagem que o Imperador **D. Pedro II** fez à Europa em 1872? Ele justifica-se pelo inquestionável prestígio cultural e científico que a instituição ocupava no imaginário dos brasileiros do século XIX, e sem dúvida ainda ocupa, por ter sido lugar de passagem e de formação de alguns dos maiores construtores do

novo império nascente, a começar pelos preceptores do próprio imperador, capazes de lhe proporcionar uma formação vasta e actualizada que o autorizava a discutir, como é sabido, com os maiores especialistas.

São estas circunstâncias que levam a que os Reitores da Universidade da Bahia, da Universidade do Recife, da Universidade do Brasil, da Universidade Católica do Rio de Janeiro, da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, da Universidade de S. Paulo, da Universidade Mackenzie, da Universidade de Minas Gerais, da Universidade do Paraná, da Universidade Católica de S. Paulo, da Universidade Católica de Pernambuco, da Universidade Rural do Brasil e da Universidade Rural de Minas Gerais, reunidos em S. Paulo a 24 de Abril de 1952, tenham emitido e assinado um documento que ciosamente guardamos na nossa Biblioteca Geral, no qual se pode ler:

Nós, Reitores das Universidades Brasileiras, reunidos em S. Paulo para estudar o projecto de bases e directrizes da Educação Nacional, saudamos reverentemente a Universidade de Coimbra, Alma Mater do Ensino Superior do Brasil.

Como não ficar comovido perante uma tal prova de respeito e de afeição?

E se é este o sentido do que o passado nos lega, será este o sentido que queremos dar ao nosso futuro. Orgulhamo-nos de manter em Coimbra a maior comunidade académica brasileira em Portugal. O mestrado e vários cursos de pós-graduação em Direito, p.e., chegam a ser frequentados por maior número

de estudantes brasileiros do que portugueses. Idêntico nível de procura pode ser encontrado em Economia e em Desporto muito embora a cooperação abranja todas as Faculdades. Recebemos e enviamos estudantes de graduação, mestrado e doutoramento. Participamos em regime de reciprocidade em diversos programas de pós-graduação. Contamos com a colaboração de reconhecidos especialistas brasileiros em diversas áreas do saber. Alguns dos nossos Professores são regularmente convidados para participar em actividades universitárias ou de avaliação universitária no Brasil.

Única, no passado, em todo o espaço do antigo Império, a Universidade de Coimbra orgulha-se de ter contribuído, directa ou indirectamente, para a criação e desenvolvimento de todas as outras universidades portuguesas, para a democratização do saber, e portanto, para a difusão dos centros de poder. Hoje, o sistema de ensino superior público português é constituído por quinze Universidades e dezoito Politécnicos, valores que não podem impressionar, em absoluto, os brasileiros, a menos que multiplicados pelo factor de escala de 18, tal é a relação entre a população dos dois Países. Cerca de 350 000 jovens portugueses frequentam neste momento uma instituição de ensino superior, valor que representa 3.5% da população e um aumento de dez vezes relativamente ao início da década de setenta do século passado. Esta massificação do acesso ao ensino superior, de que nos orgulhamos, decidida ainda antes da Revolução de 1974 mas em boa medida concretizada por ela, está ainda longe de corresponder às necessidades do País. Com efeito, a percentagem de população activa habilitada com um curso superior é, em Portugal, de cerca de 9%, valor bastante inferior ao da média da União Europeia, que é de 23%, e muito abaixo do do País com o mais elevado índice

de crescimento económico e social dos últimos vinte anos, a Irlanda, com 39%.

Esta ligação entre nível habilitacional médio e desenvolvimento, a importância da formação e da investigação científica como componentes essenciais de uma política de desenvolvimento económico e social baseada na inovação e na competitividade foi reconhecida pela adopção da chamada Agenda de Lisboa, que visa aumentar o investimento europeu em Investigação e Desenvolvimento até atingir em 2010 o valor de 3% do PIB, contra os actuais 1.6% na média europeia, ou 0.9% em Portugal. Estes valores tornam patente o desafio que a decisão comporta e a distância que por vezes existe entre o discurso e a realidade. Mesmo se demasiado ambiciosa, ela vale sem dúvida pela justeza da orientação seguida e pela consciencialização da importância social da ciência e da investigação científica.

[O aniversário da Universidade Federal da Bahia]

Senhoras e Senhores,

Quiz situar, perante os presente, no âmbito de uma realidade mais abrangente e mais vasta, o amável convite que me foi formulado pelo Magnífico Reitor da Universidade Federal da Bahia para participar neste Simpósio, organizado no âmbito das comemorações do sexagésimo aniversário da Universidade, ao qual eu não poderia senão responder com um enorme prazer e com o sentido da elevada responsabilidade que ele envolve. É, para mim, uma honra e um privilégio poder fazer-me mais um elo desta longa cadeia de interacções que têm feito a riqueza da nossa história. E de entre os assuntos que um universitário português poderia trazer, hoje, a uma plateia de universitários

brasileiros, pedem-me que me concentre sobre as perspectivas de mobilidade internacional universitária no âmbito do chamado processo de Bolonha. Embora seja para nós portugueses, um tema ainda escorregadio, é, pois, o que farei.

[De Bolonha para cá]

Em 1999, numa muito famosa cidade italiana, desde logo porque é sede da mais antiga Universidade do mundo, 29 ministros da Educação assinaram um documento a que todos hoje se referem como a “Declaração de Bolonha”! Muito embora tivesse surgido na sequência de uma primeira iniciativa assinada a quatro (França, Alemanha, Reino Unido e Itália), em 1998, na Sorbonne, o documento de Bolonha é considerado a primeira pedra de um edifício que, desde então, no vigor de discussões e de reflexões, de acesas trocas de ideias e de pontos de vistas, em rios de tinta a traçarem novos comentários e documentos e em mares revoltos de entusiasmos e de receios, de adesões e de protestos, de encontros e de desentendimentos, nunca mais deixou de ser o centro de atenções dos responsáveis da Europa universitária.

Por necessidade histórica, ao tentar afinar o passo na criação de um Espaço Europeu de Ensino Superior competitivo, a Europa aceita o desafio de ombrear, na qualidade das suas formações académicas e da investigação científica que produz, com o que se faz nas melhores e mais conceituadas universidades do mundo. Subscrito, entretanto, já por mais de 40 países europeus, este processo possui hoje um carácter de total inevitabilidade, encontrando-se em fase de concretização na grande maioria (senão mesmo na totalidade) desses países. Sendo, pois, uma realidade irreversível, o conjunto

de reformas prescritas pelo ensino superior europeu, assente em valores, objectivos e princípios de incontestável bondade, deve no entanto ser encarado como um processo, em construção, e necessariamente respeitador das especificidades e identidades das diversas instituições e dos diferentes países. Por isso, embora esta liberdade esteja, na realidade, muito condicionada pela força do modelo anglo-saxónico, ele vai espelhando uma salutar diversidade na organização geral das instituições de ensino superior, nas linhas orientadoras da investigação científica que realizam e no desenho das formações académicas que vêm propondo, decorrentes da complexidade e originalidade do mosaico do nosso continente e das legislações nacionais que lhes conferem diferentes enquadramentos.

A construção do EEES constitui, portanto, um enorme desafio. Não só ao nível das alterações que preconiza no interior das Universidades e dos sistemas de ensino superior nacionais, mas também – eu diria, e sobretudo – porque, tratando-se da primeira grande reforma de processos conduzida pela União Europeia à escala continental, ela constitui, igualmente, uma colossal experiência de ciência política supranacional. O que torna difícil o exercício é que temos de garantir que as nossas instituições participem nessa experiência como laboratórios, e simultaneamente, que dentro de cada uma delas, todos nós – professores e estudantes – não venhamos a ocupar o lugar dos ratinhos.

[Por detrás do palco]

É certo que as universidades europeias se confrontam com contradições que a Declaração de Bolonha deixa transparecer: a que opõe preocupação de qualidade - entenda-se de “excelência” – e vontade de democratização, a que

cria uma tensão entre a necessidade de harmonizar e a legítima vontade de conservar uma identidade própria, a que consiste – e é particularmente sensível para instituições como a minha - em conferir valor ao passado cultural e ao património histórico, modernizando estruturas capazes de afrontar a concorrência, sem ruptura com a tradição.

É certo ainda que sendo a universidade a casa do intelectual e fazendo a insubmissão e a dúvida parte integrante do exercício (quotidiano) da inteligência, a ideia de Europa universitária não pode escapar ao exame crítico, severo e minucioso de quem constrói sempre ideias e convicções a partir de uma reflexão sistemática, de uma contestação metódica, de uma urgência de pensar.

Mas é também certo que, na diversidade e complexidade das medidas propostas pela implementação do Processo de Bolonha, tem sido infelizmente feita uma marcação de foco em questões – por certo mais mediáticas, porque mais políticas, mas também mais superficiais - que desvirtuam o seu espírito fundador assente no valor inquestionável da qualidade do ensino e da investigação. De facto, para muitos, o espaço europeu de ensino superior parece reduzir-se a um xadrez de graus académicos, a uma aritmética de créditos ou a um jogo de competências (mais ou menos claramente definidas ou definíveis), que visam, por questões economicistas, diminuir a escolaridade dos ciclos de formação – e sobretudo do 1º ciclo -, e deste modo afectar as exigências do modelo de ensino.

Ora, convém não esquecer que Bolonha é menos um código prescritivo do que um estado de espírito, menos uma forma (ou pior, uma formalidade), do que um movimento, que procura incentivar a frequência do ensino superior, melhorar a qualidade e a relevância das formações oferecidas e exige o

reforço da qualidade do ensino e da sua sistemática avaliação por padrões internacionais. Tudo isto passa por uma nova organização pedagógica que interiorize um “paradigma de aprendizagem como novo paradigma de formação”, obrigando-nos a rever os conceitos de ensino e de aprendizagem, de professor e mestre, de aluno e discípulo, na base de uma nova e complexa teia de relações e de uma enriquecida perspectiva pedagógica. E não esqueçamos ainda a importância de fomentar a mobilidade dos nossos estudantes e diplomados e a internacionalização das nossas formações, incentivando uma mais ampla circulação dos estudantes para um maior diálogo intercultural e um mais consciente e responsável exercício de liberdade e de cidadania.

Julgo que ninguém contesta a bondade destes desideratos: que os estudantes que frequentam o ensino superior sejam mais autónomos e mais exigentes consigo próprios e com aqueles que lhes transmitem saber e os preparam para um mundo de competição cada vez mais desenfreada, que uma verdadeira política de internacionalização lhes permita circular livremente nas universidades europeias, escolhendo (e adaptando a si) o seu próprio percurso de formação, e, ao completarem com sucesso os seus estudos, possam ver os seus diplomas reconhecidos fora do país de origem, só pode ser positivo. E que, nos itinerários que escolherem, tenham a garantia de uma oferta de excelência reconhecida por todos os pares, mais valorizado ainda deve ser.

Outra coisa é saber se é isso que está a acontecer, ou se vai acontecer, ou se pode acontecer. Muitos dos que estão a viver, neste momento, a construção do EEES consideram que se encontram no centro de uma revolução. Numa coisa, pelo menos, têm razão. É que terá havido revoluções que deram menos

trabalho, que mobilizaram menos dezenas de milhares de revolucionários, que necessitaram de muito menos reuniões e a cujas consequências se subordinaram menos milhões de indivíduos. No entanto, nem todos os europeus a percebem como tal. Para uns (como a França), o processo de Bolonha apenas significa uns tantos retoques de forma que não provocam, verdadeiramente, nenhuma alteração de fundo. Para outros (como a Holanda ou os países escandinavos) ele nada modifica relativamente à natural evolução do seu próprio sistema. Noutros casos ainda (como o Reino Unido) ele não passa de uma tremenda oportunidade de exportação. Import/export, evolução, maquilhagem ou revolução, eis as várias estratégias possíveis para atingir, até 2010, os objectivos fixados pelos ministros dos países aderentes, cada qual escolhendo à medida da sua capacidade para afirmar uma cultura própria, da sua disponibilidade para aceitar considerar os modelos dos outros e da sua vontade, ou possibilidade, para diagnosticar e corrigir as falhas substantivas do seu próprio sistema, aproveitando Bolonha para as corrigir. É por isso que, havendo uma única declaração, há tantas vias quantos os países, às vezes mais do uma por país.

Num processo que, no essencial, ainda está muito aberto, a conclusão que parece ser já visível é a de que os países do sul terão menos capacidade para impôr a sua cultura e a de que Portugal, de todos eles o que tem menos confiança nas suas próprias capacidades, parece ser dos que está mais disponível para aceitar a importar a geometria do sistema anglo-saxónico, sem, no entanto, se preocupar em importar as outras características deste sistema.

[A especificidade de Coimbra]

Julgo, no entanto, que ninguém deseja nem aceita que as reformas de Bolonha venham a provocar a desvalorização dos cursos ministrados e a diminuição de uma exigência de qualidade, que deve, ao invés, ser cada vez maior.

No país que é Portugal, a Declaração de Bolonha adquire um contorno muito particular. Um enquadramento legal tardio - ao fim de uma longa espera, vimos finalmente, há pouco mais de três meses, promulgado um Decreto-Lei sobre “Graus académicos e diplomas do ensino superior” que permite a concretização do Processo de Bolonha -, para além de não esclarecer totalmente a questão fundamental do financiamento dos ciclos de formação, veio criar dificuldades na articulação nacional de uma política de mudança e provocou desnecessárias precipitações.

Os historiadores que, no próximo século, se debruçarem sobre o Processo de Bolonha no meu país espantar-se-ão sem dúvida com as diferenças regionais que a sua implementação revelará. A diversidade dos “metabolismos” universitários explica em parte a falta de sincronia na apresentação dos programas e dos cursos reformulados. E é um facto que pudemos assistir nestes últimos meses, depois de um primeiro período onde as “injunções” de Bolonha foram ferozmente – e às vezes cegamente – combatidas, a uma corrente inversa de adesão frenética aos critérios europeus e, na grande maioria das instituições de ensino superior, à aprovação de novos programas perfeitamente “bolonhizados” que tomaram lugar, aqui e além, nas vitrinas da oferta educativa, prontos a seduzir a clientela estudantil no próximo ano lectivo.

Coimbra, por certos lados da sua personalidade tão ligada à tradição, mostrou agora que sabe encabeçar subversões mais radicais quando bate a hora da decisão e é preciso iluminar os caminhos do futuro. A sabedoria histórica ensinou-nos a diferença entre liderança e precipitação, garantindo assim um sucesso a longo termo de uma política universitária e científica que permite ao espírito europeu reconhecer-se integralmente nas suas realizações locais para o bem de todos, estudantes, professores e investigadores. Detendo um património cultural ímpar, Coimbra sente-se em igual medida empenhada no desenvolvimento do seu potencial pedagógico e científico. O desafio que se nos coloca é, portanto, o de acrescentar ao lugar que a nossa Universidade nunca poderá deixar de ter no nosso passado, o lugar que ela nunca poderá deixar de ter no nosso futuro. Olhar à nossa volta, reforçar a intervenção cívica e cultural e a prestação de serviços à comunidade, e articulá-las com a oferta educativa e com as actividades de investigação, constituem as linhas de orientação estratégica que devemos privilegiar na construção de uma nova imagem de abertura ao mundo.

Conscientes da responsabilidade que temos enquanto universidade histórica de referência, estamos a trabalhar para a organização séria de uma oferta educativa que se enquadre no espírito da nova Europa do Ensino Superior – na adopção ponderada de ciclos de formação que correspondam a uma verdadeira necessidade nacional e internacional. Sendo nosso dever garantir o respeito cabal pela qualidade de ensino e de investigação que a Declaração de Bolonha exige e que os verdadeiros desafios com que a universidade é hoje confrontada implicam, entendemos iniciar a aplicação generalizada deste

processo no ano lectivo de 2007-2008, recomendando à comunidade universitária a prossecução de um trabalho de reestruturação curricular já iniciado pelas nossas 8 Faculdades e a reflexão sobre a renovação das metodologias de ensino/aprendizagem, em articulação com as outras universidades portuguesas e procedendo a uma análise comparativa com modelos europeus. No plano de acção em curso para o acompanhamento do trabalho a realizar para todas as licenciaturas leccionadas na Universidade de Coimbra, temos em conta a necessidade de uma definição rigorosa e objectiva de uma política para a internacionalização que ultrapasse as fronteiras da Europa e viabilize os laços de cooperação – já antigos e tão frutuozos – com o resto do mundo.

Nesse sentido, e visando uma maior transparência dos pressupostos e objectivos deste processo, privilegiamos 3 domínios de acção - a mobilidade estudantil, a cooperação em rede e a formação pós-graduada - orientados também para o reforço da colaboração e do intercâmbio de professores e alunos fora do espaço de ensino superior europeu.

Começo por referir a importância da mobilidade estudantil. A UC acolhe anualmente cerca de 4000 estudantes nascidos no estrangeiro, provenientes da União Europeia, de países de língua oficial portuguesa e ainda da China, Japão, Canadá, Estados Unidos e outros países, num total de 57. Estes números conferem-nos o estatuto de mais internacional das Universidades portuguesas. Convicta do benefício que ambas as partes colhem de um intercâmbio que não esgota as suas potencialidades no plano pedagógico e científico, acrescentando-lhe uma enriquecedora dimensão cultural e humana,

a UC disponibilizou 100 bolsas para estudantes que queiram realizar períodos de estudo em Universidades não europeias, ao nível do 1º ciclo de estudos. Este programa obteve já o maior sucesso, no ano lectivo em curso, recaindo a escolha dos nossos estudantes maioritariamente em universidades brasileiras.

Gostaria também de apontar as enormes virtualidades de que uma cooperação em rede é detentora, na criação e incentivo à mobilidade e ao intercâmbio de docentes e de investigadores, nas nossas universidades. Não sendo apenas estrutura administrativa ou dispositivo material, as redes universitárias promovem relações inter-pessoais que vão muito além de uma simples modalidade de colaboração científica, fazendo da universidade um modelo de sociedade pluralista, onde todos os “lugares” se equivalem, todos são lugares de troca onde a cultura se escreve no plural. Neste sentido, apraz-me assinalar o papel que a UC desempenhou na assinatura de um protocolo entre duas redes internacionais de reconhecido prestígio, o Coimbra Group – que reúne 37 universidades de renome de 20 países europeus - e o Grupo Montevideo – que congrega 18 universidades do Brasil e de 4 outros países da América Latina, para projectos de cooperação nas áreas pedagógica e científica.

Por fim, a UC tem vindo a incentivar a criação de uma oferta educativa dirigida para os 2ºs e 3ºs ciclos, organizando um conjunto significativo de programas de mestrado e de doutoramento em colaboração com as melhores universidades europeias e brasileiras que, não apenas acolhem e formam estudantes provenientes de Universidades da América latina, e sobretudo do Brasil, em quase todas as nossas Faculdades, mas também integram professores dessas mesmas universidades, em parceria de docência: dou,

como exemplo, o programa de doutoramento recém-criado na Faculdade de Letras, na área da História, em “Altos Estudos Contemporâneos”, que conta, a par de universidades espanholas, italianas, gregas e francesas, com a colaboração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade Federal do Ceará, e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, e o Programa de Doutoramento “Direito, Justiça e Cidadania no século XXI”, organizado em conjunto pela Faculdade de Direito e pelo Centro de Estudos Sociais (CES) (sob orientação dos Professores Doutores Boaventura de Sousa Santos e Joaquim Gomes Canotilho) e destinado a acolher fundamentalmente estudantes dos países de língua portuguesa e da América Latina.

É, pois, neste contexto, e para terminar, que o processo de Bolonha será aproveitado pelas Universidades mais bem estabelecidas. Como uma oportunidade para potenciar os seus esforços de internacionalização, para se situarem relativamente em processos de avaliação cruzada e para se afirmarem como rede de produção de saber, e portanto fonte de riqueza, à escala do continente. Sobretudo para as Universidades dos países geográfica ou culturalmente periféricos, este caminho não é isento de riscos. A redução da duração dos cursos de 1º ciclo pode, por exemplo, dificultar a mobilidade horizontal. A atractividade natural dos países mais fortes pode, também, desequilibrar em seu favor a população escolar em busca de pós-graduação, mestrado e doutoramento. Conscientes destas dificuldades, estamos a trabalhar para reforçar os nossos níveis de internacionalização, para enviar mais estudantes nossos para o estrangeiro e para receber mais estudantes de

outros países. Para nós, o Processo de Bolonha é, mais do que um compromisso, um comprometimento. Crítico e activo. De todos e para todos!

Fernando Seabra Santos

Reitor da Universidade de Coimbra